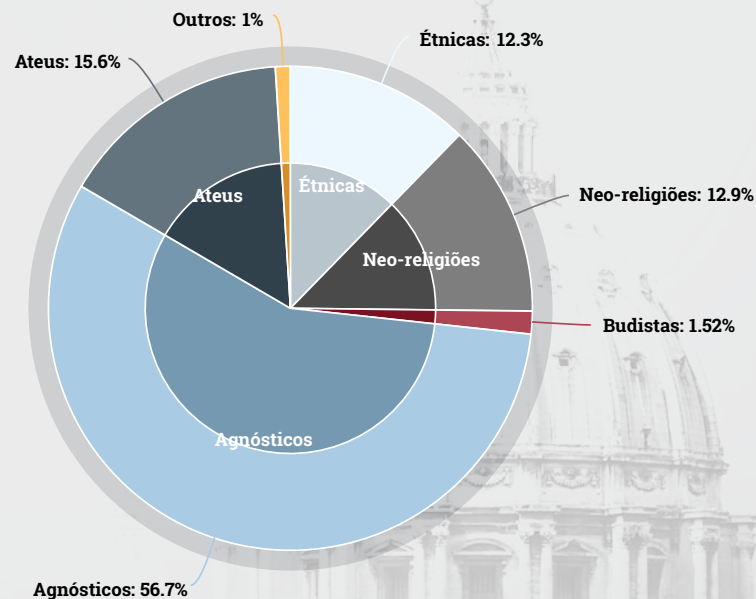


Coreia do Norte



A República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) é amplamente considerada como o país mais fechado do mundo, governado por uma ditadura extremamente repressiva, com um dos piores registros de direitos humanos. O regime, que se baseia no domínio dinástico da família Kim e na ideologia conhecida como juche (autoconfiança), requer lealdade absoluta dos seus cidadãos. Qualquer norte-coreano suspeito de aderir a um conjunto de crenças diferentes, sejam elas religiosas ou políticas, ou suspeito de mostrar algo que não seja a adoração total pela família no poder, enfrenta graves consequências. Os que se envolvem em atividades religiosas se arriscam a ser detidos, encarcerados, torturados e, por vezes, executados.

O regime também pratica um sistema de “culpa por associação”, punindo familiares por “crimes” de membros da sua família, e um sistema de classificação social hereditária conhecido como songbun, que categoriza as pessoas de acordo com níveis de lealdade ao regime. O estatuto songbun de uma pessoa determina a necessidade diária e as oportunidades, incluindo o acesso a alimentos, educação e cuidados de saúde. Há em termos gerais três tipos de classes com cinquenta e uma subcategorias: o “núcleo” ou classe leal, a classe “vacilante” e a classe “hostil”. O estatuto songbun é determinado pelos antecedentes da família, e os que são cristãos, ou que têm gerações anteriores de familiares que foram cristãos, estão normalmente na classe “hostil”.

A Coreia do Norte tem um famoso sistema de campos de prisioneiros, onde se acredita que estão detidos entre 100 mil a 200 mil presos. Um número desconhecido destes presos inclui cristãos encarcerados por possuírem uma Bíblia, por realizarem encontros de oração nas suas casas ou por se envolverem em outras atividades religiosas.

Em 2014, a Comissão de Inquérito da ONU para a Coreia do Norte, que tinha sido criada no ano anterior pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, publicou um relatório que concluiu que a Coreia do Norte estava cometendo crimes contra a humanidade.^[1] O inquérito da ONU alegava que “a gravidade, escala e natureza” das violações de direitos humanos na Coreia do Norte “revelam um Estado que não tem qualquer paralelo no mundo contemporâneo”. O inquérito recomendou que um catálogo de crimes contra a humanidade, incluindo “extermínio, assassinato, escravidão, tortura, encarceramento, violação, abortos forçados” e graves perseguições religiosas, desaparecimentos forçados e fome, deveriam ser reencaminhados para o Tribunal Penal Internacional (TPI).

O relatório de 400 páginas da ONU conclui que estas violações sistemáticas e generalizadas, descritas como “atrocidades indescritíveis”, continuam “porque as políticas, instituições e padrões de impunidade que estão no seu cerne se mantêm em vigor”. De acordo com o inquérito, estes são “crimes contra a humanidade perante a lei internacional” e “merecem claramente uma investigação criminal”.

O inquérito também conclui que “há uma negação quase total do direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, bem como dos direitos à liberdade de opinião,

[1] Relatório da ONU da comissão de inquérito sobre direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia – seção IV, Crimes contra a humanidade (75): “A comissão considera que o conjunto de testemunhos e outra informação que recebeu estabelece que foram cometidos crimes contra a humanidade na República Popular Democrática da Coreia, em conformidade com as políticas definidas ao mais alto nível do Estado.” (<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/CoIDPRK/Pages/ReportoftheCommissionofInquiryDPRK.aspx>)

expressão, informação e associação”. O regime, de acordo com o inquérito, “considera a propagação do Cristianismo como uma ameaça particularmente grave” e, por isso, “os cristãos estão proibidos de praticar a sua religião e são perseguidos”. São infligidos graves castigos às “pessoas apanhadas praticando o Cristianismo”.^[2]

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição da Coreia do Norte prevê a liberdade religiosa, embora esta tenha sido alterada por diversas vezes. No artigo 14º original da Constituição de 1948, afirma-se simplesmente que “os cidadãos têm liberdade religiosa e liberdade de culto religioso”. Foram feitas inúmeras alterações, nomeadamente em 1972, 1992, 1998, 2009, 2010 e 2012, e a versão mais recente está contida no artigo 68º, que afirma que: “os cidadãos têm liberdade religiosa. Isto garante o direito a construir edifícios religiosos ou a realizar serviços religiosos. A religião não será autorizada a atrair intervenção estrangeira nem a perturbar a ordem social do Estado.”

Em outubro de 2014, a Coreia do Norte publicou o seu próprio “Relatório de 2014 da Associação de Estudos sobre Direitos Humanos da República Popular Democrática da Coreia”, que afirma que: “A liberdade religiosa é autorizada e disponibilizada pela lei estatal dentro dos limites necessários para garantir ordem social, saúde, segurança social, moralidade e outros direitos humanos. Em especial, o Governo impede que a religião seja usada para atrair forças estrangeiras ou prejudicar o Estado e a ordem social.”^[3]

A implicação desta situação é a politização da religião e uma associação feita pelo regime entre a religião e as ameaças à segurança. De acordo com antigos agentes de segurança que escaparam do país e que testemunharam ao longo dos anos, as autoridades distinguem entre diferentes religiões e crenças, tratando o Budismo e o Xamanismo com mais brandura como formas de “superstição”, enquanto o Cristianismo é considerado uma ferramenta de intervenção estrangeira, associado aos serviços secretos sul-coreanos e norte-americanos. Um antigo agente de segurança disse que o Cristianismo é tão gravemente perseguido “porque (...) está relacionado com os Estados Unidos (...) e é considerado espionagem. Como os americanos transmitiram o Cristianismo e como são eles que tentaram invadir o nosso país, os que são cristãos

são espões, e os espões são executados.”^[4]

A Coreia do Norte aderiu ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ICCPR na sigla inglesa) em 1981, que consagra no artigo 18º que: “todos terão direito à liberdade de pensamento, consciência e religião” e que isto “deverá incluir liberdade para ter ou adotar uma religião ou crença à sua escolha, e liberdade, seja individualmente ou em comunidade, e em público ou em privado, de manifestar a sua religião ou crença através do culto, observância, prática e ensino.” Contudo, de acordo com estudos, a maior parte dos norte-coreanos desconhece a existência destes direitos. Um relatório da Ordem dos Advogados Coreana em 2014 constatou que, dos 100 fugitivos norte-coreanos entrevistados para o estudo, apenas 34% disseram que viviam na Coreia do Norte e que “sabiam” que a Coreia do Norte tem “leis e políticas que garantem os direitos humanos”, enquanto 66% disseram “não” ou “não sei”.^[5]

A reverência à família Kim, em particular ao “Grande Líder” Kim Il Sung, ao “Querido Líder” Kim Jong Il e ao atual líder Kim Jong Un, está no cerne da propaganda e das políticas do regime. Em 1974, o regime introduziu “Os Dez Princípios para o Estabelecimento do Sistema de Ideologia Única” e, quando Kim Jong Un aceitou a liderança suprema, reviu os Dez Princípios em 2013 para legitimar a sua sucessão e consolidar o seu poder. Os Dez Princípios são ensinados no pré-escolar e na escola primária, e focam-se na lealdade para com a família no poder. Cada casa e edifício público é obrigado a ter retratos ou fotografias dos três Kims numa exibição pública de culto. Estes retratos ou fotografias são limpos regularmente e as suas condições são inspeccionadas frequentemente pelas autoridades.

Apesar da hostilidade do regime para com a religião em geral e para com o Cristianismo em particular, há quatro igrejas oficiais na capital, Pyongyang, que funcionam sob apertado controle como instituições aprovadas pelo Estado. Incluem-se neste grupo duas igrejas protestantes, conhecidas como Bongsu e Chilgol, uma igreja católica e uma igreja ortodoxa russa. Não há sacerdote católico na igreja católica, mas em dezembro de 2015 a Conferência Episcopal da Coreia (Coreia do Sul) anunciou que sacerdotes sul-coreanos iriam viajar “regularmente” para Pyongyang para celebrar Missa. Se isto acontecer, vai constituir um avanço significativo, embora estas quatro igrejas em Pyongyang mantenham em grande medida um estilo “Potemkin”, concebido para criar a impressão aos visitantes estrangeiros de uma aparência de liberdade religiosa.

O Governo da Coreia do Norte alega ele próprio que há cerca

[2] Op. cit., Uma violação das liberdades de pensamento, expressão e religião (31) (<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/CoIDPRK/Pages/ReportoftheCommissionofInquiryDPRK.aspx>)

[3] Departamento de Estado Norte-Americano, Annual International Religious Freedom Report 2014 (<http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper>)

[4] Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional, A Prison Without Bars: Refugee and Defector Testimonies of Severe Violations of Freedom of Religion or Belief in North Korea, p.39 (http://www.uscirf.gov/sites/default/files/resources/A_Prison_Without_Bars/prisonwithoutbars.pdf)

[5] Ordem dos Advogados coreana (traduzido e editado pela Ordem dos Advogados Internacional), Report on Human Rights in North Korea, 2014 (<http://www.ibanet.org/HumanrightsNorthKoreareport.aspx>)

de 500 “igrejas domésticas”,^[6] embora isto não seja verificado de forma independente. O Centro de Dados sediado na Coreia do Sul para os Direitos Humanos Norte-Coreanos (NKDB) reconhece a existência de 121 instalações religiosas no total, incluindo sessenta e quatro templos budistas e cinquenta e dois templos chondoístas e uma outra igreja protestante em Pyongyang, conhecida como Igreja Jeil, além das duas já referidas.^[7]

É impossível verificar estatísticas exatas sobre o número total de membros das religiões na Coreia do Norte, embora em 2002 o regime tenha relatado ao Comitê de Direitos Humanos da ONU que havia no país 12 mil protestantes, 10 mil budistas e 800 católicos. A ONU calcula entre 200 mil a 400 mil cristãos.^[8]

Apesar da sua antipatia para com a religião, o regime norte-coreano estabeleceu alguns centros para o estudo da religião, incluindo na Universidade Kim Il-Sung, embora se acredite que estes existem para educar os estudantes de elite na forma como comunicar com as instituições religiosas estrangeiras de outros países. Também há instituições estatais que existem para representar os órgãos religiosos oficiais e os estabelecimentos de ensino religioso aprovados pelo Estado, incluindo o Seminário de Pyongyang e a Associação Católica da Coreia (KCA na sigla inglesa). De acordo com o Departamento de Estado Norte-Americano, a KCA disponibiliza serviços litúrgicos básicos na Igreja Católica de Pyongyang, mas não tem laços com o Vaticano. A KCA recusou enviar católicos norte-coreanos para participarem na Missa do Papa Francisco em agosto de 2014, apesar do convite.^[9]

A Universidade de Ciência e Tecnologia de Pyongyang foi estabelecida em 2008 por um grupo de cristãos estrangeiros, embora haja fortes restrições à sua capacidade de se envolverem em atividades religiosas. Algumas outras organizações cristãs estrangeiras funcionam na Coreia do Norte, incluindo a World Vision, a Christian Friends of Korea e o Comitê Central Menonita.

INCIDENTES

A natureza fechada da Coreia do Norte significa que é muito difícil obter informação precisa sobre incidentes específicos dentro do país que afetem cidadãos norte-coreanos. No período deste relatório, não houve casos individuais de norte-coreanos em destaque, o que não deve ser interpretado como qualquer melhoria da situação, mas antes como um

[6] Relatório da comissão de inquérito da ONU sobre a Coreia do Norte 2014 (<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/ColDPRK/Pages/ReportoftheCommissionofInquiryDPRK.aspx>)

[7] NKDB, White Paper on Religious Freedom in North Korea, 2015

[8] Departamento de Estado Norte-Americano, Annual International Religious Freedom Report 2014 (<http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper>)

[9] Ibidem

reflexo de quão fechado o país é. Há, no entanto, vários casos de estrangeiros que foram detidos na Coreia do Norte depois de se envolverem em atividades religiosas e humanitárias. Estes incluem o caso do Reverendo Hyeon Soo Lim, um cidadão canadense de 60 anos, nascido na Coreia do Sul e pastor. O Reverendo Lim foi condenado a prisão perpétua e trabalhos forçados por acusação de subversão, acusado, entre outros, de usar a religião para derrubar o Estado e prejudicar a dignidade do líder supremo.^[10] De acordo com relatos da comunicação social, o reverendo tinha feito muitas visitas à Coreia do Norte anteriormente, tinha-se envolvido em trabalho humanitário de apoio a um orfanato, a um berçário e a um lar de idosos. “Foi este tremendo amor pelo povo da Coreia do Norte que motivou Lim a viajar (para lá)”, disse à CNN a porta-voz da família, Lisa Pak. Em janeiro de 2016, de forma muito pouco habitual, Lim conseguiu dar uma entrevista à CNN, na qual descreveu estar sendo forçado a trabalhar oito horas por dia cavando buracos. Acredita-se que a sua saúde esteja frágil, mas ele disse que tudo o que pede é uma Bíblia e cartas da sua família. Foi relatado que até agora tem sido negado o acesso a responsáveis governamentais canadenses.^[11]

Em março de 2015, as autoridades norte-coreanas detiveram dois pastores sul-coreanos, Kim Kuk Gi e Choe Gun Gil, por acusações de espionagem. Foram acusados de usar igrejas clandestinas para espiarem o país.^[12]

Em abril de 2016, outro missionário cristão nascido sul-coreano que agora é cidadão norte-americano, Kim Dong Chul, foi condenado a dez anos num campo de trabalhos forçados por “espionagem imperdoável”.^[13]

Há ameaças periódicas e ataques a missionários que trabalham com refugiados norte-coreanos na China, que se acredita serem agentes norte-coreanos. O exemplo mais recente foi o assassinato do pastor coreano-chinês Han Choo-ryeol, que foi encontrado morto com ferimentos de faca e machado no pescoço. Estava envolvido no estabelecimento de igrejas clandestinas na Coreia do Norte e, de acordo com relatos da comunicação social, “ativistas e jornalistas locais suspeitam que foi assassinado por agentes norte-coreanos”.^[14]

[10] North Korea sentences Canadian pastor Hyeon Soo Lim to life in prison”, CNN, 17 de Dezembro de 2015 (<http://edition.cnn.com/2015/12/16/world/hyeon-soo-lim-canadian-pastor-north-korea-sentence/>).

[11] Jailed in North Korea, pastor Hyeon Soo Lim hopes to go home to Canada”, CNN, 11 de Janeiro de 2016 (<http://edition.cnn.com/2016/01/10/asia/hyeon-soo-lim-canadian-pastor-north-korea-interview/>)

[12] Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional, Annual Report 2016 (<http://www.uscirf.gov/reports-briefs/annual-report-chapters-and-summaries/north-korea-chapter-2016-annual-report>)

[13] Christian missionary sentenced to 10 years hard labour in North Korea”, Ruth Gledhill, Christian Today, 2 de Maio de 2016 (<http://www.christiantoday.com/article/christian-missionary-sentenced-to-10-years-hard-labour-in-north-korea/85194.htm>)

[14] Korean-Chinese pastor-activist killed on North Korean border”. NK News, 2 de Maio de 2016 (<https://www.nknews.org/2016/05/korean-chinese-pastor-activist-killed-on-north-korean-border/>)

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Até que haja uma mudança política significativa na Coreia do Norte, que resulte numa completa mudança de ideologia e sistema político, é muito difícil conceber qualquer melhoria na liberdade religiosa. A quase total negação da liberdade religiosa é uma consequência do requisito do regime de absoluta lealdade para com o regime e da sua total intolerância para com qualquer crença dissidente.

O envolvimento de qualquer ato religioso, cultural e político internacional, se conduzido com preocupações pelos direitos humanos em mente, pode ter algum impacto positivo na abertura de espaço para alguma liberdade religiosa limitada, mas tem que ser realizado com cuidado extremo, sem legitimar, apaziguar ou desculpar o regime e as suas horríveis violações da liberdade religiosa.

Em 2007, a Christian Solidarity Worldwide publicou um dos primeiros relatórios aprofundados sobre a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte, incluindo violações da liberdade religiosa. O título deste relatório era North Korea: A Case to Answer, A Call to Act (Coreia do Norte: Um Caso ao qual Responder, um Apelo a Agir),^[15] que detalhou as horríveis condições nos campos de prisioneiros, particularmente para os cristãos, e descreveu, através de longos testemunhos de sobreviventes, as aterradoras formas de tortura usadas. Passados nove anos, não há provas de que isto tenha mudado, e as provas detalhadas no relatório da Comissão de Inquérito da ONU e nos relatórios do NKDB e de outros sugerem que a Coreia do Norte continua sendo um dos piores violadores da liberdade religiosa no mundo hoje em dia.

[15] North Korea: A Case to Answer, A Call to Act", Christian Solidarity Worldwide, 2007 (<http://www.csw.org.uk/2007/06/20/report/35/article.htm>)